

## 42º Encontro Anual da Anpocs

GT32: Teoria social: agendas, desafios e perspectivas

Título: A contribuição de Georg Simmel para pensar o crescimento das cidades médias  
no Brasil.

Simone Pereira da Costa Dourado  
Doutora em Ciências Sociais (UERJ)  
Professora Associada da UEM/PR

Caxambu, outubro de 2018

# **A contribuição de Georg Simmel para pensar o crescimento das cidades médias no Brasil<sup>1</sup>.**

**Simone Pereira da Costa Dourado**

## **1. Introdução**

O objeto de investigação dessa pesquisa são os municípios médios brasileiros. O objetivo é compreender como Georg Simmel, clássico da teoria social e referência básica nos estudos do fenômeno urbano, contribuiu para pensar o crescimento das cidades médias brasileiras. Esse parece ser um importante exercício de reflexão sociológica, pois busca compreender um fenômeno da atualidade, o crescimento das cidades médias, a partir da atualização dos problemas analíticos instituídos por um clássico. A pesquisa utiliza dados de natureza quantitativa, gerados a partir das contagens populacionais de 2004, 2014 e 2016 feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que são cotejados com a teoria social que explica o fenômeno urbano a partir das reflexões apresentadas por Simmel. Os principais resultados encontrados são: as cidades médias tem crescimento bem mais expressivo que as metrópoles tradicionais, crescem de forma mais intensa as cidades médias da região Norte do país e há, portanto, um modo de vida urbano que não foi esquadrihado pela teoria social no Brasil na mesma intensidade e com as mesmas apropriações teóricas que foram empreendidas no estudo das metrópoles tradicionais.

O presente artigo segue a seguinte ordem expositiva: 1) análise das apropriações das ideias de Simmel, particularmente aquelas apresentadas em seu importante ensaio *A metrópole e a vida mental*, pelos estudiosos do fenômeno urbano no Brasil; 2) apresentação dos dados das contagens populacionais de 2004, 2014 e 2016 feitas pelo IBGE, o que possibilita a discussão sobre as principais características do crescimento das cidades médias brasileiras e 3) debate sobre os desafios de usar a contribuição de Simmel para compreender o fenômeno urbano nas cidades médias brasileiras.

---

<sup>1</sup>A pesquisa que dá suporte a esse artigo é desenvolvida no âmbito do Projeto *Mudanças e permanências nos padrões de participação política no Brasil: análise longitudinal do envolvimento político dos brasileiros (1988-2013)*, que agrega um conjunto de pesquisadores de três instituições de ensino superior UFCS, Unesp/Araraquara e UEM. Tem financiamento da CAPES, por meio do edital PROCAD 071/2013 e concede bolsa de Iniciação Científica à Maria Isabel Trivilin, colaboradora na produção das tabelas constantes no texto.

## 2. Simmel e a análise do fenômeno urbano

A Alemanha, no momento anterior à República de Weimar e durante todo esse período, teve como particularidade a extrema capacidade associativista, expressa no grande número de associações de diferentes matizes, demonstrativo, também, da pluralidade de valores manifestos nessa sociedade (Richard, 1998). Essa diversidade política, social e cultural reflete a heterogeneidade característica de uma sociedade fragmentada (Freitag, 1995). No meu entender, essa fase de profunda diversidade imputa a seguinte pergunta a Simmel: o que leva as pessoas a se associarem, independentemente delas manterem vínculo consanguíneo, de amizade ou de parentesco? O que conduz as pessoas a comporem grupos?<sup>2</sup>

Simmel diz que é possível produzir conhecimento sobre o mundo histórico-social, desde que esse conhecimento seja fragmentado. Para ele, a formulação de um quadro totalizador ou de uma grande teoria é impossível. Ele filia-se à tradição do pensamento alemão que identifica viabilidade e coerência em estudos que entendam que a realidade é multifacetada e que cada pesquisador só poderá conhecer algumas ou uma dessas faces. Não há espaço para pensar a criação de grandes teorias, mas sim para a “composição”<sup>3</sup> de um conjunto de argumentos que explique determinados fenômenos sociais, como, por exemplo, o da explosão da vida nas grandes cidades.

O caminho trilhado por esse pensador alemão se aproxima de uma concepção de sociedade que preza o desejo de liberdade humana. Para ele é preciso valorizar o empreendimento dos indivíduos fazendo sociedade e, portanto, a ênfase é nas teias de relações e nas interações.

O indivíduo ocupa posição nuclear nos trabalhos de Simmel, contudo, é mais fácil entender essa valorização, estudando o que esse autor chama de interação, conceito que estaria intimamente relacionado à possibilidade de existir sociedade.

Para Simmel, as interações funcionam como processos psíquicos intermináveis, cujos suportes, como sujeitos da ação, são os indivíduos, suas consciências, a totalidade

---

<sup>2</sup> Além de Simmel, autores como Ferdinand Tönnies e Leopold von Wiese também demonstram interesse em responder questões referentes à composição dos grupos sociais. Tönnies (1957) faz dos sentimentos e das vontades ponto de partida para compreensão de como as entidades sociais são forjadas ao longo do tempo e como elas representam o que os seres humanos desejam e querem. Wiese (1972) parte do entendimento do que são as forças existentes nos indivíduos para, então, estudar a vida social.

<sup>3</sup> O termo “composição” é utilizado por Cohn (1979) para referir-se ao empreendimento científico weberiano, me apropriando dele para pensar também as estratégias analíticas de Simmel.

de sua vida psíquica. As interações são modalidades de convivência estabelecidas entre os indivíduos, são as trocas recíprocas mantidas entre sujeitos que estão constantemente se relacionando. Certamente que as razões invocadas por Simmel para explicar porque as pessoas interagem são, não somente datadas, mas também possuem pressupostos divergentes em relação a outros pensadores da época, o que não diminui a sua contribuição. Observe-se o que ele diz:

[...] A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entrem em interação. Esta ação recíproca se produz sempre por determinados instintos (*Trieben*) ou para determinados fins. Instintos eróticos, religiosos ou simplesmente sociais; fins de defesa ou de ataque, de jogo ou ganho, de ajuda ou instrução, estes e infinitos outros fazem com que o homem se encontre num estado de convivência com outros homens, com ações a favor deles, em conjunto com eles, contra eles, em correlação de circunstâncias com eles. Numa palavra, que exerça influência sobre eles e por sua vez os receba deles. Essas interações significam que os indivíduos, nos quais se encontram aqueles instintos e fins, foram por eles levados a unir-se, convertendo-se em uma unidade, em uma 'sociedade'. Pois unidade em sentido empírico nada mais é do que interação de elementos. (Simmel, 1983, p.59-60)

Simmel emprega o conceito interação como sinônimo de unidade entre os indivíduos, ressaltando que a existência da sociedade depende dessa união, que pode ser permanente ou passageira:

[...] A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. E é na base desses interesses - tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados casualmente ou induzidos teleologicamente - que os indivíduos constituem tais unidades. (Simmel, 1983, p.60)

Nessa perspectiva, a sociedade não é um todo estático, sistemático ou coerente, ela está em constante formação, em um contínuo processo de fazer-se e refazer-se. As formas puras de interação não são encontradas empiricamente, elas são construídas e

funcionam como instrumentos analíticos indispensáveis ao pesquisador<sup>4</sup>. Nos trabalhos de Simmel, o indivíduo aparece como a expressão da tensão entre vida e forma.

Os homens são os portadores das formas. Definidas pela vida, elas estão sempre sendo feitas e refeitas pelos indivíduos em interação, há um momento em que podem se cristalizar e voltar a agir sobre eles. Mas, o interessante é perceber que para Simmel é por meio da análise dos processos de interação que se chega ao que é a sociedade: “[...] *Para um conhecimento perfeito, é preciso admitir que não existe outra coisa senão os indivíduos [...] Então, somente por mero procedimento de método, é que falamos a respeito do Estado, do direito, da moda etc., como se fossem seres indivisos*” (Simmel, 1983, p. 49). Assim, é a análise das formas de sociabilidade, criadas pelos indivíduos que vivem na cidade, que pode orientar a compreensão do pesquisador sobre as configurações assumidas por esse novo modo de vida: urbano, capitalista e moderno.

Em 1887 Simmel publica um ensaio que se tornaria referência obrigatória para os estudiosos do fenômeno urbano: *A metrópole e a vida mental*. Nele afirma que a metrópole é antes de tudo o lugar da impessoalidade e da promoção das subjetividades, o que torna o exercício da liberdade pessoal seu fenômeno mais geral.

A metrópole é, para esse pensador, o lugar onde os indivíduos libertos dos vínculos históricos desejam distinguir-se uns dos outros, travando um verdadeiro combate. Contudo, é na metrópole que ocorre a reconciliação dos combatentes, pois nela devem emergir as atitudes de tolerância.

Nesse ensaio, Simmel caracteriza as novidades trazidas pelo século XVIII que ajudam a explicar o fenômeno do surgimento da metrópole: maior liberdade para o homem, especialização funcional do indivíduo e de seu trabalho e a construção do ser único, incomparável a outro. Explica que, com o crescimento da especialização, esse indivíduo único se torna proporcionalmente mais dependente.

O homem metropolitano desenvolve uma capacidade intelectual que se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana. Ele está imerso no domínio do intelecto e da estruturação de uma economia monetária que é pautada nas trocas. Para Simmel, a economia do dinheiro domina a metrópole. Nela são

---

<sup>4</sup> Aqui, é possível estabelecer uma semelhança fundamental entre Simmel e Weber: o uso do tipo como instrumento analítico básico na construção do conhecimento histórico-social. Gabriel Cohn (1979) pontua outras questões que são atribuídas como originalmente refletidas por Weber, mas teriam sido antecipadas por Simmel: a) a dimensão fragmentária do conhecimento histórico-social, b) o distanciamento em relação à realidade estudada pelo cientista e c) o caráter intrinsecamente unilateral do conhecimento.

gerados produtores e consumidores anônimos que entram no jogo econômico que não precisa mais temer as falhas dos imponderáveis advindos das relações pessoais. Nesse sentido, há na metrópole uma tendência para regular e contractuar quase tudo. Essa regulação seria necessária para que a agregação de interesses pessoais tão diferenciados pudesse ocorrer. Simmel observa que pontualidade, calculabilidade e exatidão são introduzidas à força pela complexidade e extensão da vida metropolitana. Porém, por mais que a metrópole exija controle e autocontrole, ela abre espaço para o exercício da impessoalidade. Torna-se possível a criação da atitude de reserva que promove uma espécie de autopreservação do indivíduo face à cidade grande. A exacerbação dessas atitudes gera cenas típicas da vida na metrópole: o exercício do isolamento e da frieza.

Segundo Simmel, a motivação interior da reserva é a indiferença, mas também, a aversão, a estranheza e a repulsão mútua. Todos esses sentimentos podem resultar em ódio e luta no momento de um contato mais próximo. Entretanto, a reserva também confere ao indivíduo uma qualidade e uma quantidade de liberdade pessoal que é um fenômeno geral na metrópole. Está, assim, criado o ambiente para a elaboração das formas de sociabilidade que dão configuração a cultura subjetiva da metrópole. A vida na metrópole cria, ainda, uma hierarquia variada de simpatias, indiferenças e aversões.

A conclusão de Simmel indica que as cidades são as sedes do cosmopolitismo e que o irradiam para além de suas fronteiras físicas. Elas propagam um modo de vida que é assimilado, rejeitado e negociado pelos indivíduos nos processos de interação. Não caberia ao pesquisador acusar ou perdoar esse modo de vida característico das cidades, apenas compreendê-lo<sup>5</sup>.

A projeção da perspectiva simmilianiana para pensar o fenômeno urbano nas tradicionais metrópoles brasileiras é estratégia analítica consolidada. Não cabe um resumo das apropriações de Simmel no Brasil, tarefa já executada em detalhes por Waizbort (2007), mas considero relevante a menção aos usos desse pensador alemão nos estudos de Velho (1973 & 1986) e no de alguns de seus alunos, como por exemplo Vianna (1995), para pensar uma importante dimensão da vida urbana: as formas de sociabilidade. O referente empírico desses leitores de Simmel é a cidade do Rio de

---

<sup>5</sup> A influência do pensamento de Simmel sobre alguns integrantes da Escola de Chicago é pontuada por vários de seus comentaristas (Koury, 2010 e Waizbort, 2000). Destaco, sobretudo, a reprodução da ideia de que a cidade erradia seu modo de vida para além de suas fronteiras, no clássico ensaio de Wirth (1976), *O urbanismo como modo de vida*.

Janeiro. Processo analítico semelhante foi feito por Magnani (1984) para pensar a cidade de São Paulo.

Considerando o cenário apresentado por Simmel para cidade/metrópole europeia do final do século XIX, qual a utilidade de continuar operando com a perspectiva simmiliana quando o foco são as cidades formadas nos novos aglomerados urbanos brasileiros? A análise de Simmel para a grande cidade europeia influenciou as reflexões sobre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, sobretudo, no que diz respeito ao mapeamento das formas de sociabilidade criadas nesses espaços. Como, então, pensar a busca pela construção de formas de sociabilidades urbanas diferenciadoras para o indivíduo, quando ele vive em cidades médias? Para tanto é preciso compreender como ocorreu a formação desses espaços no Brasil. É o que passo a discutir agora.

### **3. As cidades médias brasileiras**

Na década de 1970, alguns setores do Estado brasileiro pensaram estratégias de desenvolvimento nacional que consideravam o papel a ser desempenhado pelas cidades médias. Criado em 1976, por meio de financiamentos para ampliação da infraestrutura social e produtiva, o Programa Nacional de Cidades de Porte Médio visava fortalecer os municípios que apresentassem esse perfil. Subjacente ao interesse do executivo federal pelas cidades médias estava a ideia de que elas poderiam funcionar como diques que conteriam os fluxos migratórios que se dirigiam às metrópoles. Em diferentes unidades federativas, algumas cidades foram tomadas como uma alternativa espacial para o crescimento das capitais.

Até o final da década de 1970, no Brasil, existiam 9 regiões metropolitanas, sendo elas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Curitiba, Fortaleza, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte. Criadas por iniciativa federal, durante o regime militar, elas tinham a função de ser o eixo da geopolítica de integração e modernização do território nacional porque representavam a base industrial de uma sociedade que se tornava cada vez mais urbana. Faziam parte do projeto de desenvolvimento que pretendia amenizar os efeitos negativos das desigualdades regionais. Atualmente o Brasil possui 35 regiões metropolitanas, distribuídas da seguinte forma: 12 no Nordeste; 11 no Sul; 7 no Sudeste; 3 no Norte e 2 no Centro-Oeste. As regiões metropolitanas criadas após o período de

ditadura militar são constituídas não mais pela ação do governo federal, mas por iniciativa dos Estados.

Konin e Moura (2004) ponderam que a criação dessas novas regiões metropolitanas, ocorrem sem o devido desenvolvimento de uma cultura regional e sem que as desigualdades econômicas e de infraestrutura dos municípios que as compõem sejam consideradas. A constituição dessas áreas também não tem sido o suficiente para despertar as responsabilidades dos municípios polos, geralmente cidades de porte médio, na implantação de políticas compensatórias aos demais integrantes das regiões metropolitanas, que arcam com vários custos de um rápido crescimento populacional, o maior deles é a oferta de habitação de interesse social e de serviços nas áreas de saúde e educação. O município polo de uma região metropolitana costuma ficar cercado por outros com perfis populacionais e vocações econômicas bem distintas. Os municípios podem estabelecer forte ou fraca relação com o polo e, muitas vezes, servem como receptores da população mais carente que não consegue se instalar na cidade polo ou é forçada a sair e fixar residência em cidades vizinhas ao polo onde o valor dos aluguéis, dos terrenos urbanos e dos imóveis é mais baixo. Os municípios com alto grau de integração aquele que é o polo das regiões metropolitanas ficam em situação delicada porque são os que mais crescem em população e, no entanto, tem uma arrecadação anual baixa e os menores índices de repasse de ICMS (Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços).

Várias cidades médias se tornaram, portanto, cidades polos dessas novas regiões metropolitanas. Sobre o interesse do estado nacional na consolidação dessas cidades como novos centros integrados à economia nacional, observe-se o que dizem Andrade e Serra (2001):

Era plural o interesse por essa alternativa espacial de crescimento, valorizando as cidades médias: vislumbrava-se a minimização da pobreza urbana; a garantia da capacidade gerencial e financeira do estado em prover equipamentos e serviços urbanos; evitar a queda da produtividade das atividades econômicas; a preservação do meio ambiente; o avanço do projeto de integração do território nacional; a ocupação das fronteiras nacionais (Andrade e Serra: 2001:VI).

Simultaneamente, esses autores destacam que as cidades médias foram pensadas por planejadores urbanos e regionais e por técnicos que trabalhavam nos aparelhos do Estado como uma alternativa para o ordenamento urbano das metrópoles brasileiras. Um



ordenamento que estava sendo ameaçado, segundo a visão governamental, principalmente, pelos fluxos de migrantes que deixavam as regiões mais pobres do país. O debate sobre a criação dessas cidades médias teria, portanto, obscurecido o problema da concentração fundiária no Brasil. Assim, os migrantes vindos de regiões pobres, dominadas pelo latifúndio improdutivo ou pela grande propriedade, para as grandes metrópoles, eram tratados como um problema social e não como um grupo de excluídos do processo produtivo ou como trabalhadores que poderiam continuar nas suas regiões vinculados ao desempenho de alguma atividade econômica, desde que o executivo federal organizasse ações de intervenção que culminassem, por exemplo, na (re)distribuição de terras. Ou seja, na percepção do Estado e de alguns dos seus tecnocratas, a promoção das cidades de porte médio poderia ajudar a resolver a falta de projetos de reforma agrária no país. Como destacam Andrade e Serra (2001):

É também preciso reconhecer que a opção pelas cidades médias como solução do problema da macrocefalia urbana deixava de lado a questão da concentração fundiária. Em suma, a reforma agrária seria uma outra opção, ou uma opção complementar, que acabaria por valorizar os pequenos centros urbanos na medida em que contribuía para fixar as populações rurais em seu território de origem, contendo o crescimento das metrópoles via redução do êxodo rural (Andrade e Serra:2001:VI).

Entretanto, a preocupação do executivo federal com o tema das cidades médias teria se enfraquecido na década de 1980 e início dos anos 1990, voltando a ser objeto de atenção governamental apenas nos últimos anos da década de 1990. Andrade e Serra (2001:VII) argumentam que a retomada do interesse pelas cidades médias está relacionada ao processo de reconcentração espacial das atividades econômicas e da população. Volta-se a pensar que, talvez, as cidades médias pudessem ter papel estratégico nos necessários processos de desconcentração populacional e econômica do país. Entretanto, o problema da concentração fundiária continuaria em suspenso e, conseqüentemente, a solução para os conflitos e disputas pela posse de terras também.

É importante lembrar que não há um consenso entre as definições acadêmicas sobre o que é uma cidade média. Esses espaços recebem classificações diferentes por parte de economistas, geógrafos, demógrafos, sociólogos, antropólogos e outros profissionais. Da mesma forma, elas são interpretadas de maneira distinta pelos diversos grupos sociais que nelas convivem ou que com elas se relacionam ou, ainda, que as observam de longe. Como apontaram Amorim e Serra (2001):

Estudos e reportagens têm frequentemente divulgado a melhor qualidade de vida desfrutada pelos moradores das chamadas cidades médias. O morador dos grandes centros urbanos, principalmente nos países subdesenvolvidos, quando "capturado" por essa informação, pode encantar-se com alguns dos atributos divulgados dessas cidades, tais como: menores índices de criminalidade; reduzido tempo despendido para se ir ao trabalho; menores níveis de poluição atmosférica, aluguéis geralmente mais acessíveis; e maior e mais próxima oferta de áreas verdes.

Sob o ângulo de grande parte da população interiorana, rural ou semirural, as cidades médias podem ser valorizadas pela oferta de emprego, ou mesmo de subemprego, pela existência de infraestrutura básica, pelas oportunidades de acesso à informação, pelos melhores recursos educacionais. Enfim, pela existência de bens e serviços essenciais a ascensão material e intelectual de seus moradores. (...). Essa inexistência de consenso também ocorre no meio técnico-científico, onde, literalmente, não há uma definição cristalizada de cidade média, uma classificação que pudesse ser utilizada indistintamente pelos sociólogos, economistas, arquitetos, geógrafos, demógrafos, embora dentro de cada especialidade seja possível encontrar algum acordo sobre a matéria.

Diferentemente do fenômeno metropolitano, cujas especificidades bem demarcadas ensejam a própria institucionalização desses territórios em muitos países, as definições de cidades médias sujeitam-se muito mais aos objetivos de seus pesquisadores ou dos promotores de políticas públicas (Amorim e Serra:2001:1-2).

Assim, o entendimento da dinâmica de organização e consolidação dos núcleos urbanos das chamadas cidades médias exige ponderações sobre o processo de urbanização das cidades brasileiras, nas últimas décadas. Os trabalhos realizados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e pela Unicamp propôs, em 2001, uma nova classificação para rede urbana brasileira. Em 2010 com a publicação dos dados do censo demográfico daquela década um novo relatório começou a ser produzido e um material complementar foi publicado em 2015, mas sem o mesmo peso do trabalho anterior, que forneceu subsídio inclusive ao projeto de lei do Estatuto da Metrópole<sup>6</sup>. Esses estudos evidenciam que a urbanização das cidades brasileiras adquiriu características diferenciadas: o crescimento populacional não está mais concentrado nas metrópoles tradicionais e é mais acelerado nas pequenas e médias cidades. A alteração no padrão de urbanização fez com que esses institutos de pesquisa precisassem construir uma nova classificação para a rede

---

<sup>6</sup> Publicada em 2001, a obra *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana* foi um marco no debate nacional sobre quais parâmetros devem ser utilizados para pensar a rede urbana em nosso país.

urbana brasileira, seguindo alguns critérios: diversidade da economia, concentração de centros decisórios e escala de urbanização.

É importante destacar, como já alertei anteriormente, que não há muito consenso entre institutos nacionais e internacionais de pesquisa e também entre investigadores do fenômeno urbano (Santos, 2001; Lima, 1998; Maricato, 2001; Amorim Filho e Serra, 2001; Brito, Horta e Amaral, 2001; Andrade e Serra 2001; Braga, 2005 e Stamm et. al., 2013) sobre como ou o que define uma cidade como média. Elas podem ser espaços físicos que abrigam uma população entre 100 e 500 mil habitantes, como define o IBGE, entre 100 mil e 1 milhão de habitantes, como expressa a Organização das Nações Unidas (ONU), ou, ainda, como observam alguns pesquisadores, podem ser consideradas médias apenas as cidades que possuem um núcleo urbano com população de no mínimo 10 mil habitantes (Amorim Filho, 1984).

Desde as contribuições de Simmel (1976), no início do século XX, a teoria social que explica o fenômeno urbano, reitera como são instáveis as abordagens que se valem dos critérios demográficos para caracterizar as cidades, primeiro como cidades e depois por seu porte de pequenas, médias ou grandes (Simmel, 1976; Wirth, 1976; e Park, 1976). A análise e a classificação feita por meio do volume populacional, apesar de amplamente usada, pode induzir ao erro analítico de vincular a existência da vida urbana a um determinado número de habitantes, associando as pequenas e médias cidades a espaços marcados por um modo de vida simples e mais tradicional e as grandes cidades ao cosmopolitismo e a experiência da metrópole.

Minha abordagem parte do recorte populacional, na forma como ele é definido pelo IBGE: são médias as cidades que estão entre 100 e 500 mil habitantes. Minha finalidade é criar um quadro do crescimento dessas cidades desde 2004 até 2016. Tendo como fonte as contagens populacionais feitas por esse instituto para que seja possível visualizar a amplitude dos processos sociais em curso e como há dimensões do fenômeno urbano no Brasil ainda não apreendidas pelas pesquisas.

Algumas tabelas que passo a expor e comentar mostram a dinâmica do crescimento populacional em quase 5% dos municípios brasileiros que, em 2016, possuíam uma população entre 100 e 500 mil habitantes, pois a contagem populacional desse ano revela que dos 5.570 municípios brasileiros, 276 podem ser considerados de porte médio. A população que reside nas cidades médias é maior que 58 milhões, exatos 58.463.564 habitantes, o que significa que 28,3% dos quase 207 milhões

brasileiros, contados em 2016 pelo IBGE, viviam em cidades médias. Portanto, ainda que o percentual de municípios nessa categorização seja muito reduzido, eles nos informam sobre o que acontece com quase 1/3 da população brasileira, que está fora das metrópoles tradicionais e também não reside nos pequenos municípios.

Tomando o recorte nacional por regiões como referência, observe-se a tabela 1:

**Tabela 1: Taxas de crescimento da população por regiões brasileiras**

Estimativas Populacionais (Total absoluto)				Taxas de Crescimento por Período (%)		
REGIÕES	2004	2014	2016	2004-2014	2004-2016	2014-2016
<b>Norte</b>	3951941	5077406	5257779	28,5	33,0	3,5
<b>Nordeste</b>	8667093	10117570	10316212	16,7	19,0	1,9
<b>Centro-Oeste</b>	2654837	3258233	3370454	22,7	26,9	3,4
<b>Sudeste</b>	25068678	28102717	28643651	12,1	14,3	1,9
<b>Sul</b>	9782946	10860400	11078104	11,0	13,2	2,0

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004, 2014 e 2016

Elaboração: Dourado e Trivilin(2018)

No intervalo de uma década, de pouco mais de uma década e em dois anos, as taxas de crescimento da região Norte são sempre muito mais elevadas do que as de outras regiões do Brasil. Esclareço que essa tabela foi construída considerando o crescimento dos municípios que na estimativa populacional de 2016 do IBGE tinham entre 100 e 500 mil habitantes e podiam, portanto, ser considerados médios.

A região Norte é a que possui a maior taxa de crescimento para todos os períodos recortados. Considerando o período de 2004 a 2016, a população da região Norte cresceu 33%. No mesmo período, a segunda região com a maior taxa de crescimento é a Centro-Oeste, 26,9%, seguida pela Nordeste com 19%, depois pela Sudeste com 14,3%, e Sul com 13,2%. É importante considerar que justamente a região brasileira marcada pelas mais profundas desigualdades tenha crescimento tão expressivo, mais que o dobro que a região Sul. É preciso que se considere os condicionantes desse processo.

Alguns estudos apontam diferentes movimentos. Na região Norte o crescimento teria relação com duas atividades econômicas: o dinamismo da Zona Franca de Manaus e o incremento das atividades mineradoras no interior do Pará, particularmente no município de São Felix do Xingú. Na região Centro-Oeste, as elevadas taxas de crescimento são tributadas a evolução do agronegócio, particularmente, a expansão da cultura da soja. O caso do Nordeste possui relação com os investimentos do governo federal e, também, da iniciativa privada em obras de infraestrutura e grandes empreendimentos: a ferrovia Transnordestina e a Estrada de Ferro Carajás, além da construção de portos para escoamento de minérios, como o Porto de Ponta da Madeira, no Maranhão.

Ao estabelecer um outro recorte, dos municípios que tiveram taxa de crescimento que, no período de 12 anos, entre 2004 a 2016, superou os 20%, a região Norte também se destaca. Ressalto que crescer 20% em 12 anos é uma taxa muito alta quando comparada à média de crescimento do Brasil como um todo. Apenas a título de ilustração, em 2016, o Brasil cresceu apenas 0,8% e, portanto, ter uma região que em dois anos cresce 3,5% é fenômeno relevante de ser avaliado. Observe-se a tabela 2, composta por um total de 94 municípios com taxa de crescimento acima dos 20%, no período de 2004 a 2016, e distribuídos da seguinte forma por regiões: Sudeste, 25 municípios; Nordeste, 21 municípios; Norte, 20 municípios; Sul, 15 municípios e Centro-Oeste, 13 municípios.

**Tabela 2: Taxa de crescimento por regiões com municípios que cresceram acima de 20%**

<b>Regiões</b>	<b>Taxas de Crescimento (%) 2004-2016</b>
Norte	41,6
Nordeste	31,5
Centro-Oeste	32,1

Sudeste	35,5
Sul	26,7

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004,2014 e 2016

Elaboração: Dourado e Trivilin (2018)

É na região Norte que estão 41,6% dos municípios com taxas de crescimento superior a 20% no intervalo de 12 anos. Dentro desse recorte, a região Norte é seguida pela Sudeste, com 35,5%; na sequência pela Centro-Oeste, com 32,1%; a Nordeste, com 31,5% e, por último, a região Sul, com 26,7%.

No momento, nomino apenas algumas informações: entre 2004 e 2014, Rio de Janeiro e São Paulo cresceram, respectivamente, 10% e 7%, enquanto várias cidades pequenas passaram a ser médias em razão de crescimentos que, nesse mesmo período, ultrapassaram os 100%. Tomo dois exemplos bem expressivos porque levam a refletir sobre a necessidade de articular o debate sobre aumento populacional as ações, sobretudo do poder executivo, na definição do desenvolvimento econômico do país: Rio das Ostras, no mesmo Estado do Rio de Janeiro, que cresceu cerca de 190% e Barcarena, no Pará, que cresceu 60%. Ainda no Pará, Parauapebas cresceu 121,7%. Tomando como referência a situação das regiões Norte e Sudeste que, como indicado na tabela 2, foram as que mais cresceram, percebe-se que a movimentação e a chegada de pessoas para algumas cidades dessas regiões vincula-se a alocação de recursos para atividades de infraestrutura ligadas a expansão da fronteira agrícola, das atividades de extração de minério e madeira e a criação das bases de organização para instalação da indústria do petróleo. A rapidez das ações de investimentos que levaram a um alto crescimento populacional em tão curto espaço de tempo indica a fragilidade e as carências de alguns desses lugares que passaram por forte adensamento populacional sem a criação de uma rede urbana que acolha as necessidades e as demandas da população que infla esses espaços a procura de novas oportunidades de emprego e renda. São atraídos em razão da “economia do dinheiro” e movidos por “interesses”, como diz Simmel (1976).

Para uma melhor visualização do acelerado crescimento das cidades médias no Brasil, contemporaneamente, apresento os dados dos municípios que cresceram mais de 20% em 12 anos, no intervalo referência dessa pesquisa que é de 2004 a 2016.

Na tabela 3 apresento o resultado dos vinte municípios da região Norte, com taxa de crescimento acima dos 20%:

**Tabela 3: taxa de crescimento dos municípios do Norte**

<b>Municípios</b>	<b>Taxas de Crescimento (%) 2004-2016</b>
Altamira (PA)	31,9
Araguaína (TO)	40,3
Ariquemes (RO)	21,9
Barcarena (PA)	63,6
Boa Vista (RR)	38,1
Bragança (PA)	21,8
Cametá (PA)	27,2
Castanhal (PA)	27,0
Macapá (AP)	42,6
Marabá (PA)	39,4
Marituba (PA)	33,8
Palmas (TO)	49,1
Paragominas (PA)	27,2
Parauapebas (PA)	121,7
Porto Velho (RO)	34,2
Rio Branco (AC)	31,8
Santana (AP)	24,7
São Félix do Xingu (PA)	203,2
Tailândia (PA)	103,0

Tucuruí (PA)	30,1
--------------	------

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004,2014 e 2016  
Elaboração: Dourado e Trivilin (2018)

É bastante inquietante saber que lugares como São Félix do Xingu (PA) cresceram mais de 200% em 12 anos. Como? Qual é o perfil da população que é atraída para esse município e também para outros dois municípios paraenses, Parauapebas e Tailândia, que cresceram mais de 100% no mesmo período? Sabe-se que Tailândia e São Félix do Xingu estão entre os municípios mais desmatados da Amazônia. Também não é desprezível o impacto da implantação da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. Tailândia ultrapassou os 100 mil habitantes apenas na contagem de 2016. São Felix do Xingu pulou de pouco menos de 40 mil habitantes, em 2004, para mais de 120 mil em 2016. Parauapebas, bem próximo a Marabá e no eixo da Belém-Brasília, já tinha quase 100 mil habitantes desde 2004, chegando em 2016 a 200mil habitantes. As contagens levam ao registro de cidades médias com porte acima de 100 mil habitantes, que possuem população majoritariamente urbana e que se articulam ao tipo de desenvolvimento econômico privilegiado pelo executivo federal no Brasil para a região Norte do país, mas não se sabe quais formas de sociabilidade e interação estão sendo estabelecidas nesses locais e nos demais, como discuto a seguir.

Passo a tabela 4 e com ela a segunda região com maior número de municípios que cresceram acima dos 20% entre 2004 e 2016, a região Sudeste:

**Tabela 4: taxa de crescimento dos municípios do Sudeste**

Municípios	Taxas de Crescimento (%) 2004-2016
Angra dos Reis (RJ)	40,3
Araruama (RJ)	31,5
Araxá (MG)	23,5
Botucatu (SP)	20,2
Cabo Frio (RJ)	38,1
Caraguatatuba (SP)	24,7



Cotia (SP)	37,2
Franco da Rocha (SP)	23,3
Indaiatuba (SP)	37,9
Itaguaí (RJ)	32,0
Itatiba (SP)	26,0
Linhares (ES)	38,9
Macaé (RJ)	57,5
Maricá (RJ)	62,5
Paulínia (SP)	70,2
Pouso Alegre (MG)	21,7
Praia Grande (SP)	32,7
Rio das Ostras (RJ)	198,6
Santana de Parnaíba (SP)	37,7
São Mateus (ES)	27,5
Serra (ES)	32,8
Taboão da Serra (SP)	27,2
Valinhos (SP)	34,7
Vespasiano (MG)	32,4
Vila Velha (ES)	23,9

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004,2014 e 2016  
 Elaboração: Dourado e Trivilin (2018)

É importante lembrar que nessa região estão as três grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O destaque dessa região é para os municípios que cresceram em razão das expectativas geradas pela exploração do pré-sal e do crescimento do polo petroquímico que aumentou muito a população de vários

municípios do litoral norte fluminense, com destaque para Rio da Ostras, Maricá, Macaé, Cabo Frio e Araruama. Em São Paulo, o município que registra a maior taxa de crescimento, Paulínia, com 70,2%, também tem seus alicerces econômicos na indústria petroquímica. Em Minas Gerais, apenas três municípios registram taxas de crescimento acima dos 20% e no Espírito Santo são quatro.

Observe-se a tabela 5 que agrega os municípios da região Centro-Oeste que cresceram acima dos 20% entre 2004 e 2016.

**Tabela 5: taxa de crescimento dos municípios do Centro-Oeste**

<b>Municípios</b>	<b>Taxas de Crescimento (%) 2004-2016</b>
Águas Lindas de Goiás (GO)	28,0
Anápolis (GO)	20,4
Aparecida de Goiânia (GO)	27,5
Catalão (GO)	44,8
Formosa (GO)	29,4
Novo Gama (GO)	20,9
Rio Verde (GO)	63,0
Rondonópolis (MT)	33,6
Senador Canedo (GO)	51,2
Sinop (MT)	40,3
Três Lagoas (MS)	36,5
Trindade (GO)	24,3
Valparaíso de Goiás (GO)	36,0

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004,2014 e 2016

Elaboração: Dourado e Trivilin (2018)

No Centro-Oeste, 13 municípios cresceram acima de 20% em 12 anos. Nenhum com crescimento próximo aos 100%, como ocorre na região Norte e Sudeste. O destaque é para o crescimento de Rio Verde, em Goiás, com 63%, e outros três municípios, com crescimento acima dos 40%: Senador Canedo e Catalão, ambos em Goiás, e Sinop, no Mato Grosso. Os dois municípios que crescem no Goiás se dedicam a produção de insumos para agricultura, por meio das indústrias de mineração de nióbio e de fosfato. Em Catalão há as fábricas deduas poderosas indústrias dessa área, a Fosfertil e a Copebras. Também no Centro-Oeste o crescimento pode estar vinculado a expansão do polo petroquímico, como é o caso de Senador Canedo. O crescimento de Rio Verde e Sinop é tributado a incorporação das áreas férteis do Cerrado (Rio Verde) e da chamada Amazônia Legal (Sinop) à expansão da fronteira agrícola e a implantação do agronegócio.

Na tabela 6, observa-se o que ocorre com 21 municípios do Nordeste que registram crescimento acima dos 20% para o período de 2004 a 2016.

**Tabela 6: taxa de crescimento dos municípios do Nordeste**

<b>Municípios</b>	<b>Taxas de Crescimento (%) 2004-2016</b>
Aracaju (SE)	30,4
Cabo de Santo Agostinho (PE)	21,9
Camaçari (BA)	56,7
Caruaru (PE)	28,3
Caucaia (CE)	21,7
Eunápolis (BA)	25,5
Igarassu (PE)	27,6
Itapipoca (CE)	22,4
Lauro de Freitas (BA)	42,8
Maranguape (CE)	29,5

Mossoró (RN)	29,8
Paço do Lumiar (MA)	27,8
Parnamirim (RN)	59,2
Petrolina (PE)	36,5
Santa Cruz do Capibaribe (PE)	48,8
Santo Antônio de Jesus (BA)	21,9
São José de Ribamar (MA)	39,4
Simões Filho (BA)	28,1
Sobral (CE)	20,1
Teixeira de Freitas (BA)	34,7
Vitória da Conquista (BA)	22,9

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004,2014 e 2016

Elaboração: Dourado e Trivilin (2018)

Na região Nordeste, o município que mais cresceu foi Parnamirim, no Rio Grande do Norte, em 59,2%. Ele é acompanhado por Camaçari, na Bahia, com 56,6% e Santa Cruz do Capibaribe, em Pernambuco, 48,8%. O crescimento das cidades dessa região não tem muita unidade: Parnamirim e Camaçari compartilham o fato de estarem muito próximas das capitais: Parnamirim de Natal (RN) e Camaçari de Salvador (BA). A primeira tem um atrativo que é ser base de lançamentos de foguetes da Aeronáutica e a segunda tem um importante polo petroquímico e uma indústria automotiva que passou por fases de expansão. Santa Cruz do Capibaribe, no agreste pernambucano, diferentemente das duas outras cidades, fica distante da capital, Recife (PE) e se consolidou como um polo de produção e comércio de roupas. Lá acontece a histórica e famosa Feira da Sulanca, que existe desde 1960, inicialmente comercializando roupas feitas com as sobras de tecido trazidos das indústrias de São Paulo.

Por fim, o crescimento dos 15 municípios sulistas que ultrapassaram os 20%. Como observa-se na tabela 7:

**Tabela 7: taxa de crescimento dos municípios do Sul**

<b>Municípios</b>	<b>Taxas de Crescimento (%) 2004-2016</b>
Arapongas (PR)	21,7
Araucária (PR)	22,1
Balneário Camboriú (SC)	45,6
Brusque (SC)	47,6
Campo Largo (PR)	21,8
Caxias do Sul (RS)	20,9
Chapecó (SC)	26,8
Florianópolis (SC)	23,5
Itajaí (SC)	29,2
Jaraguá do Sul (SC)	34,2
Maringá (PR)	28,6
Palhoça (SC)	34,1
São José (SC)	22,5
São José dos Pinhais (PR)	24,2
Toledo (PR)	28,3

Fonte: IBGE – Estimativas Populacionais, 2004,2014 e 2016  
Elaboração: Dourado e Trivilin (2018)

Na região Sul, os municípios que mais cresceram estão no estado de Santa Catarina, com destaque para Brusque e Balneário Camboriú que tiveram crescimento acima dos 40%. O Rio Grande do Sul tem apenas uma cidade que cresceu pouco mais de 20%, Caxias do Sul. No Paraná os destaques são Maringá e Toledo. É bastante evidente um certo grau de estabilização do volume populacional da região Sul como um todo. O

crescimento das cidades ocorre articulado as suas tradições e vocações econômicas. Em Santa Catarina, o desenvolvimento de Brusque está atrelado a indústria têxtil e a metal mecânica, já o de Balneário Camboriú a construção civil e sua articulação com o turismo que tornou o município objeto de desejo para moradia permanente ou temporária de um público de classe média alta e alta de toda parte do mundo. Caxias do Sul é uma típica cidade de colonização italiana que cresceu em torno das atividades agrícolas e também em razão da produção de vinhos e derivados. É um importante polo da indústria metal mecânica no Brasil está próxima dos 500mil habitantes. No Paraná, o crescimento das cidades está relacionado a instalação de modernas e poderosas agroindústrias, tornando essas cidades centros de referência para o funcionamento dos parques industriais e do comércio. Toledo cresce vinculada a indústria da madeireira e depois a suinocultura. Maringá, cresceu ao largo da cultura do café, depois da soja e atualmente da cana-de-açúcar. É a sede das maiores cooperativas do agronegócio brasileiro, com destaque para COCAMAR.

#### **4. Considerações Finais**

Os exemplos acima apresentados de regiões e municípios com alto grau de crescimento indicam que há pouca unidade em termos das características do que é cidade média, quando adotamos o critério demográfico, o que, na atualidade, dificulta a análise do fenômeno urbano. Há cidades que estão no limite mínimo dos 100 mil habitantes e outras que quase extrapolam o máximo de 500 mil. Em 12 anos há cidades que cresceram mais de 100% e outras que ultrapassaram em pouco os 20%. Todas são cidades médias, mas é possível definir algum grau de unidade entre elas? Como a teoria social explicaria as rupturas e as continuidades da vida urbana, por exemplo, em Maringá, no Paraná, e Parauapebas, no Pará, que em 2016 tinham, respectivamente, 403.063 e 196.259 habitantes, as duas cidades médias, a segunda com um ritmo de crescimento populacional imprevisto, considerando as médias nacionais da última década, acima dos 100%.

Diante dessa fase de desenvolvimento das pesquisas sobre o fenômeno urbano em cidades médias no Brasil, é possível apenas a criação de cenários descritivos ancorados nas estimativas populacionais e um conhecimento distanciado dos graus e históricos de desenvolvimento econômico dessas cidades. Tudo mais é pura especulação. A tradicional rotina dos estudos urbanos, que inclui ir a determinado espaço, observar como as pessoas vivem, quais são seus gostos e estilos de vida, suas práticas culturais, a cultura política que consolidam ainda é uma rotina a ser criada para o estudo dessas cidades médias. É

preciso, como disse Simmel (1983), mapear as formas de sociabilidade e de interação vigentes nesses novos espaços.

As descrições gerais aguçam a curiosidade para pesquisas comparativas em municípios que seguem caminhos de crescimento bem distintos. A comparação entre as regiões Norte e Sul, por exemplo, poderia indicar tendências sobre como tem sido a vida nos novos aglomerados urbanos dessas diferentes regiões brasileiras. A primeira, a região Norte, a que mais cresce, protagonizando um fenômeno urbano bastante expressivo: crescimento populacional acima de 200% para algumas de suas cidades. A segunda, região Sul, com cidades médias já consolidadas, mas com taxas de crescimento ainda bem expressivas e com um Estado, o Rio Grande do Sul, com sua população praticamente estabilizada.

No Brasil, a rotina de reflexão sobre o modo de vida urbano privilegiou as aproximações com a reflexão sociológica instituída por Simmel e articulou, fundamentalmente, três esferas analíticas: a cidade, a cultura urbana e a modernidade (Velho, 1973; 1986 e Vianna, 1995). É importante considerar que, ao falar de Berlim, na virada do século XIX para o XX, Simmel narrou a vida em uma cidade de quase 1 milhão de habitantes e que, logo nas primeiras décadas do século XX, chegaria a quase 4 milhões. Portanto, continuaria Georg Simmel relevante para análise do fenômeno urbano ainda hoje, sobretudo, para as dimensões de um urbano que cresce de forma muito mais acelerada fora das metrópoles, mas que em termos demográficos não vai chegar a marca dos 4 milhões de pessoas? Se suas análises da vida na metrópole serviram para explicar a formação das metrópoles brasileiras nas décadas de 1970 e 1980, elas colaboram em qual medida para explicar o crescimento de uma vida urbana nas cidades médias na atualidade?

A teoria social proposta por Simmel exige que ao partir dos indivíduos, os pesquisadores se tornem capazes de construir e reconstruir os trânsitos que eles estabelecem pelos espaços nos quais circulam. As pesquisas sobre o fenômeno urbano nas grandes metrópoles brasileiras seguiram essa orientação, contudo, o mesmo plano analítico está para ser cumprido para as cidades médias.

Não tenho respostas precisas e definitivas para essas questões, mas considero que a produção de um modelo de conhecimento que parta dos indivíduos, que busque aferir seus sentimentos e vontades, as formas de interação por eles estabelecidas em sociedade e os interesses que os movem, que foi instrumento eficiente para compreender o

fenômeno urbano nas metrópoles europeias e em outras partes do mundo, pode levar ao entendimento do que acontece em cidades médias do Brasil.

## 5. Referências Bibliográficas

AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. *Revista de Geografia e Ensino*, Belo Horizonte, IGC/UFMG, n.5, p.5-34, 1984.

ANDRADE, T. A. & SERRA, R. V. (Orgs.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA/PRONEX, 2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5397](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5397).

Acesso em 03/09/2016.

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

BRAGA, R. Cidades médias e aglomerações urbanas no Estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial. In: *Encontro de geógrafos da América Latina, 10., Anais...* São Paulo, 2005.

BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. L. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. Trabalho publicado pela *Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP – GT Migração*, 2001.

COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação. Fundamentos da Sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

FREITAG, Bárbara. (1995). Berlim: fronteiras imaginárias, fronteiras reais? *Revista Tempo Social*, São Paulo, v.6 (1-2), p.127-145, 1995. Disponível em:



<http://www.scielo.br/pdf/ts/v6n1-2/0103-2070-ts-06-02-0127.pdf>. Acesso em 04/09/2016.

IBGE, 2004. *Estimativa populacional*. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27072004estimativas2004.shtm#subpopulacao>. Acessado em 03/09/2016.

\_\_\_\_\_. 2014. *Estimativa populacional*. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2014/default.shtm>. Acessado em 03/09/2016.

\_\_\_\_\_. 2016. *Estimativa populacional*. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2016/estimativa\\_dou\\_2016.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016.pdf). Acessado em 03/09/2016.

IPEA. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP*. Brasília: IPEA, 2001. v. 1: Série de 6 volumes. ISBN: 85-86170-36-4.

IPEA. *Contribuições ao entendimento e representação da rede urbana no Brasil*. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2015.

KONIN, T.& MOURA, R. Metropolização e governança urbana: relações transescalares em oposição a práticas municipalistas. *Espaço e Tempo*, São Paulo, número 16, p. 17-30, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73953/77613>. Acesso em 04/09/2016.

KOURY, M. G. P. Estilos de Vida e Individualidade. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, Vol 16, nº 33, p. 41-53, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v16n33/03.pdf>. Acesso em 04/09/2016.

LIMA, R. S. *Expansão urbana e acessibilidade: o caso das cidades médias brasileiras*. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos. São Carlos, 1998.

MAGNANI, J. G. C. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In. Velho, Otávio (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro. Zahar, 1976. P. 26- 67.

RICHARD, Lionel. *A República de Weimar 1919-1933*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SANTOS, M. A região cresce mais que a metrópole. In: SANTOS, Milton. *Por uma Economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec/Editora PUC-SP, 1994. p. 53-77.2001.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In. Velho, Otávio (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro. Zahar, 1976. P. 13-25.

\_\_\_\_\_. *The Philosophy of money*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

\_\_\_\_\_. Como as Formas Sociais se Mantêm e O Problema da Sociologia. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.) **Simmel**. São Paulo: Ática, p. 46-78,1983.

STAMM, C.; ET. AL. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. Campo Grande: *Interações*, v. 14, n. 2, P.. 251-265,jul./dez. 2013.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In. Velho, Otávio (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro. Zahar, 1976. P. 90- 113.

TÖNNIES, F. *Community & Society*. New York: Harper & Row, 1957.

WAIZBORT, L. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.

WAIZBORT, L. Simmel no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 1, 2007, pp. 11 a 48.

WIESE, L. Os Processos de Interação Social. In: CARDOSO, Fernando Henrique & IANNI, Octávio. (Orgs.) *Homem e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

VELHO, G. *A utopia urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

\_\_\_\_\_. *Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

VIANNA, H. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro, Zahar e Ed. Da UFRJ, 1995.